

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 10/2012**

Período: 07/04/2012 – 13/04/2012

GEDES – Brasil

- 1- Vice-presidente da República analisa questão de armamento nuclear para o Brasil
- 2- Salário do ministro da Defesa ultrapassa teto salarial de R\$ 26,7 mil
- 3- Documentos confidenciais do Exército apontam monitoramento de militantes exilados e integrantes da Universidade de Brasília durante o regime militar
- 4- Relações entre Brasil e Estados Unidos no setor de aviação
- 5- Manifestação de estudantes reivindica necessidade de revisão da Lei da Anistia
- 6- Exército cogita a permanência em complexos de favelas do Rio de Janeiro até a realização da Rio+20
- 7- Embraer Defesa e Segurança prepara-se para negociações com Índia, Filipinas e Peru
- 8- Exército busca por fuzil roubado na cidade de Francisco Beltrão, no interior do Paraná

1- Vice-presidente da República analisa questão de armamento nuclear para o Brasil

Em coluna opinativa publicada no periódico *O Estado de S. Paulo*, o vice-presidente da República, Michel Temer, relatou os principais temas discutidos na segunda Cúpula sobre Segurança Nuclear, que aconteceu no mês de março, na cidade de Seul, na República da Coreia. Temer relatou o posicionamento do Brasil diante do tema, e elucidou a participação do país nos principais tratados de controle e não proliferação de armas nucleares, bem como a abertura para as fiscalizações da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Temer mencionou a Constituição Brasileira de 1988, na qual fica explícito que só é permitida a exploração de tecnologias nucleares para fins pacíficos, mediante aprovação do Congresso Nacional. Além disso, relatou outro trecho da Constituição em que o país demonstra repúdio ao terrorismo. Segundo o vice-presidente, em virtude de sua política pacífica, o Brasil se destaca ao defender o fim dos arsenais nucleares já existentes no planeta. (O Estado de S. Paulo – 07/04/12 – Espaço Aberto)

2- Salário do ministro da Defesa ultrapassa teto salarial de R\$ 26,7 mil

De acordo com publicação do jornal *O Estado de S. Paulo*, um terço dos ministros brasileiros, no governo da presidente da República Dilma Rousseff, faz parte de uma elite que recebe “supersalários”, ultrapassando o teto salarial estabelecido para ministros, de R\$ 26.723,15. Isso é possível pelo fato dos ministros acumularem rendas adicionais ao seu salário em decorrência da participação em conselhos administrativos e fiscais de empresas. O ministro da Defesa, Celso Amorim, lidera a lista, adicionando R\$ 19,4 mil à sua renda mensal por conta de sua participação no Conselho de Administração da empresa Itaipu Binacional, totalizando um rendimento mensal de R\$ 46,1 mil.

Segundo o *Estado*, o salário de Amorim poderia ser maior, em virtude de sua aposentadoria como diplomata pelo Itamaraty, porém o programa “abate teto” o impede de receber tal rendimento. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/04/2012)

3- Documentos confidenciais do Exército apontam monitoramento de militantes exilados e integrantes da Universidade de Brasília durante o regime militar

Segundo noticiado pelo jornal *Correio Braziliense*, documentos do Centro de Informações do Exército (CIE), datados com mais de quarenta anos, mostram que agentes infiltrados monitoraram a vida de guerrilheiros brasileiros exilados em vários países, incluindo Cuba, durante o regime militar (1964-1985). Nos documentos constam informações como o estado de saúde, a descrição da personalidade, dados sobre as organizações que integravam, ocupação e pretensão de voltar ao Brasil. De acordo com o jornal, os relatórios desmentem alegações das Forças Armadas de não haver registro sobre o combate aos grupos militantes. Segundo o periódico, o texto indica que os grupos Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grupos armados contrários ao regime militar, eram os principais monitorados. Personalidades como os ex-deputados Fernando Gabeira, Ricardo Zarattini, Carlos Zarattini; os ex-ministros da Casa Civil, José Dirceu, das Comunicações, Franklin Martins, e do Meio Ambiente, Carlos Minc; e o atual senador pelo estado de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira, são citados em tais documentos. O *Correio* destacou o Informe Confidencial nº 674-72, que narra o destino dos 40 guerrilheiros banidos do Brasil pelo sequestro do diplomata alemão, Ehrenfried von Holleben, supostamente promovido pelo grupo militante ALN. Também em publicação pelo periódico, um relatório de 156 páginas do Serviço Nacional de Informações (SNI) traça o cotidiano da Universidade de Brasília (UnB) a partir do ponto de vista dos informantes infiltrados. O relatório cobriu a vida acadêmica na universidade desde a tomada do poder pelos militares até 1988, após o início da redemocratização brasileira, descrevendo as mudanças pós-regime militar, a vida profissional dos professores e chefes de departamento e monitoramento das atividades de Cristovam Buarque, primeiro reitor da Universidade. Aponta também o desinteresse dos estudantes para com o movimento estudantil, o que o *Correio* afirma ter ocorrido por conta da repressão do regime militar. O relatório ainda categoriza estudantes e funcionários como sendo ou não comunistas e traz uma lista de 12 nomes de professores e funcionários considerados nocivos à UnB. Os objetivos iniciais dos militares para a UnB eram: o afastamento do grupo de influência de oposição ao regime, extinção de cursos não previstos pelo Plano Orientador da Universidade e ativação de funcionários que tivessem ideais condizentes com os militares. De acordo com o *Correio*, com base nos informes do serviço de inteligência, tropas do Exército e da Polícia Militar do estado de Minas Gerais invadiram a UnB em 09/04/64 e prenderam os 12 funcionários listados como nocivos, levando-os para interrogatório e deixando alguns membros detidos por até uma semana. Além disso, por invocação de uma “medida disciplinar”, 15 professores foram demitidos por terem se manifestado de “forma subversiva”, levando ao pedido de demissão voluntária de 223 dos 305 professores da universidade, o que fez ainda com que o reitor Zeferino Vaz, nomeado pelos militares, renunciasse ao cargo. O jornal também reforçou que o governo militar

teve acesso a detalhes das dificuldades enfrentadas pela ALN após a morte de Carlos Marighella, líder da aliança. Segundo o *Correio*, o atual ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, destacou o valor da Comissão da Verdade, que apurará os fatos abordados pelos documentos. (*Correio Braziliense – Política – 08/04/2012; Correio Braziliense – Política – 09/04/12*)

4- Relações entre Brasil e Estados Unidos no setor de aviação

Como noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a presidente da República, Dilma Rousseff, em visita aos Estados Unidos da América (EUA), na semana do dia 09/04/12, criticou a anulação do contrato de US\$ 355 milhões referentes à compra de 20 aviões A-29 Super Tucanos da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) pela Força Aérea dos Estados Unidos em fevereiro de 2012. Rousseff cobrou “respeito a contratos” por parte do presidente dos EUA, Barack Obama, em reuniões na Casa Branca. Segundo o *Estado*, o caça modelo F-18 da empresa estadunidense Boeing é um dos concorrentes do programa brasileiro FX-2, mas sua escolha vê-se enfraquecida com a incerteza da transferência de tecnologia ao Brasil. Mesmo assim, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, Rousseff aproveitou a visita aos EUA para tratar da ampliação das relações bilaterais entre os dois países com a assinatura de um memorando pela secretária de Estado estadunidense, Hillary Clinton, e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, com a intenção de se “estreitarem laços” na cooperação em aviação. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 09/04/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/04/12*)

5- Manifestação de estudantes reivindica necessidade de revisão da Lei da Anistia

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, no dia 12/04/12, estudantes se reuniram na Praça dos Três Poderes, em Brasília, para pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a rever a aplicação da Lei da Anistia (1979), a qual perdoou os crimes políticos cometidos por militares e civis durante o regime militar (1964-1985). A manifestação tinha por objetivo pedir a punição daqueles que cometeram violações de direitos humanos naquele período. Em março de 2012, o STF adiou o julgamento da ação impetrada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cujo argumento afirma que crimes continuados não poderiam ser abrangidos pela Lei da Anistia. Enquanto isso, no estado do Pará, o Ministério Público Federal (MPF) tenta processar o militar da reserva Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, pelos crimes cometidos durante a Guerrilha do Araguaia (1967-1974). Entretanto a Justiça Federal rejeitou a denúncia do MPF com base no julgamento do STF sobre a validade da Lei da Anistia. Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o filósofo e professor da Universidade de São Paulo (USP), Vladimir Safatle, destacou que a Lei da Anistia (1979) foi aprovada a partir de 206 votos favoráveis, todos do partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e 201 votos contrários, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e portanto não significou um “amplo debate nacional” como sempre foi destacado pelos militares. Safatle afirmou que o esquecimento dos abusos ocorridos durante o regime militar foi imposto a partir de um “vocabulário de desmobilização” criado pelos militares para “esconder seus crimes na sombra tranquila do anonimato”. Dessa forma, o professor

elogiou os manifestos ocorridos durante a semana de aniversário de 48 anos do golpe militar de 1964, os quais apontaram a necessidade de nomear aqueles que atuaram na repressão durante aquele período. Segundo Safatle, os manifestantes honram o país ao mostrar que a “verdadeira justiça” é proveniente da opinião pública nacional, e que independente das decisões do poder judiciário, os acusados de crimes durante o regime militar não “escaparão do desprezo público”. (Correio de S. Paulo – Política – 13/04/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 10/04/12)

6- Exército cogita a permanência em complexos de favelas do Rio de Janeiro até a realização da Rio+20

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Exército brasileiro estuda a permanência nos complexos de favelas do Alemão e da Penha, localizados na cidade do Rio de Janeiro, onde atua integrado às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A hipótese de adiamento da retirada, prevista para o início do mês de junho, está sendo avaliada por conta da realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que ocorrerá no Rio de Janeiro de 13 a 22/06/12. Uma das preocupações é a constante ameaça de facções criminosas que afrontam a polícia e, segundo o secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame, as UPPs garantem o direito de “ir e vir das pessoas”. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/04/12)

7- Embraer Defesa e Segurança prepara-se para negociações com Índia, Filipinas e Peru

Segundo publicação do jornal *O Estado de S. Paulo*, a empresa Embraer Defesa e Segurança (EDS) planeja concorrer na licitação do projeto de compra de nove aviões de patrulhamento marítimo, por parte do governo da Índia. A EDS possui um modelo que se encaixa nos requisitos indianos, o Emb-145 MP (ou P99 na denominação da Força Aérea Brasileira). O Ministério de Defesa indiano já adquiriu três unidades na versão Emb-145 Aew&C (Alerta Antecipado e Controle) que serão entregues até junho de 2013. O governo indiano ainda não divulgou detalhes da nova negociação, porém o ministro da Defesa, A. K. Antony, mencionou que o avião terá alcance na faixa de 650 quilômetros e estará integrado com 12 birretores Poseidon. Além dessa negociação, a EDS se estrutura para negociar com o Peru e as Filipinas caças de ataque leve, modelo Super Tucano. *O Estado* mencionou que, no caso do Peru, o contrato envolverá 10 unidades, e para as Filipinas as propostas concorrentes são o modelo Super Tucano e o estadunidense Hawker Beechcraft AT-6. (O Estado de S. Paulo – Economia – 12/04/12)

8- Exército busca por fuzil roubado na cidade de Francisco Beltrão, no interior do Paraná

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o roubo de um fuzil automático na cidade de Francisco Beltrão, interior do estado do Paraná, mobilizou mais de 200 militares do comando do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado nas operações de busca e apreensão. Segundo o capitão Gustavo Coutinho

Nascimento, "houve negligência" por parte do soldado plantonista que teve sua arma roubada, no dia 29/03/12, por bandidos que fingiam solicitar informações. Ainda de acordo com Nascimento, "esse fuzil não pode estar em mãos erradas, é uma arma de guerra, fura carro, fura parede. Ele tem que voltar para o quartel, e não vamos sossegar enquanto não o encontrarmos". O Exército disponibilizou para as buscas caminhões, jipes, ambulâncias, carros da Polícia do Exército e um blindado Urutu. A população local aprovou a operação e diz sentir-se segura com a presença do Exército nas ruas da cidade. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 13/04/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).